

13 NOV 1987

Ameaça é para quem pode

PR - mandato (ANC) p. 11

Villas-Bôas Corrêa

No final da tarde de quarta-feira, os cálculos a ponta de lápis que o presidente José Sarney exibia, em serenidade recuperada, garantiam, com os nomes por extenso, 53 dos 93 votos da Comissão de Sistematização para a aprovação de cinco anos do seu mandato. Os informantes do presidente, com a costureira dose de exagero, admitiam que a maioria engordaria até o final da semana, para 56 ou 58 votos, ampliando a margem de segurança.

Com tais perspectivas, um governo que vem acumulando derrotas na Constituinte deixou-se emparar de euforia. Se não significava uma vitória definitiva, sempre era um desafogo, a aliviar as costas presidenciais, equimadas de tanta pancada.

Mas, à noite, o discreto e cuidadoso porta-voz Frota Neto, em visível constrangimento, transmitia um dos seus últimos recados: o presidente receberia como uma hostilidade qualquer voto ou manifestação de parlamentar pela redução do seu mandato para quatro anos e, ante a afronta, entenderia declarada a guerra, partindo para o acerto de contas. A ameaça explícita de retaliação suscitou uma perplexa e generalizada reação da mais compacta incredulidade.

Final, o que era aquilo? Por que a mudança de tom, a violência exasperada de uma advertência em cima de uma previsão otimista? Não há explicação que satisfaça os reclamos da sensatez. À falta de outra melhor, a que parece mais consistente é que o presidente passava um pito a ser entendido pelos governadores, recalcitrantes. Ai, sempre faz algum sentido. Governadores estão ajustados com o presidente, em acordo de mão dupla. De lá para cá, o apoio aos cinco anos de mandato presidencialista embora, para safar os dedos, dane-se o anel e que venha o parlamentarismo para os outros. Depois, na Comissão de Sistematização, o parlamentarismo já foi consagrado, o que falta é definir a transição. E, de cá para lá, a retribuição pronta, na liberação perdulária de verbas para programas com molho social, que o governo necessita de um pouco de popularidade. O governador de Minas, Newton Cardoso, está faturando alto, com a sua enxundiosa solidariedade, que não se detém nas tolices de fronteiras éticas. Agora, para o Nordeste, promete-se um bilhão de dólares do BIRD, no mais categórico desmentido aos boatos de crise econômica, déficit e aperturas na renegociação da dívida externa. Dinheiro, quando o governo precisa, sempre aparece. E alguém paga ou rola a conta. Em último caso, aplica-se o calote da moratória.

Voltemos ao ponto. Da noite de quarta para ontem, o panorama mudou do vinho para a água turva de poço sujo. Os constituintes enfiaram a carapuça e o presidente levou uma surra de criar bicho na sessão matinal da Comissão de Sistematização. Sova feia, irada, implacável, juntando amigos e desafetos na mesma pancadaria.

Ninguém aposta um cruzado inflacionado no resultado das votações de fim de semana. Pode dar qualquer coisa. Até cinco anos de mandato. Mas, na toada de ontem, a probabilidade à vista era pela redução para os quatro anos. E com o parlamentarismo de quebra e para já.

E verdade que sempre há tempo para que se engula o espanto e cada um, consultando a fronha dos seus interesses, ajuste o voto aos objetivos políticos hierarquizados. Cada voto é a resultante de muitos e por vezes contraditórios impulsos. Os parlamentaristas de fé estão ponderando que a inauguração do novo sistema de governo reclama um mínimo de tranquilidade e que talvez não convenha expô-lo à sanha dos presidenciais, excitadíssimos com a entrevistista perspectiva de eleições diretas em 88. Para presidente da República, claro. Só que não há ambições a uma presidência no parlamentarismo e atropelam-se as pretensões de salvadores da pátria numa improvável mas não impossível reviravolta presidencialista do plenário.

Se a vitória dos cinco anos na Comissão de Sistematização é importante para o governo, uma derrota soará com o timbre fúnebre do fim de festa. O presidente Sarney não resistirá a uma desestabilizadora e nocautante queda no ponto de honra político do seu governo. Se perder, no final de semana, talvez não possa esperar pela desforra na rodada decisiva do plenário. Alguma coisa acontecerá. E grave.

Muito pouco, a esta altura, pode ser feito para consertar o que vem torto e envergando sempre; desde que se desfez o projeto de transição do presidente Tancredo Neves, montado na preocupação de consolidar o consenso popular e com ele percorrer o trecho final da rota da transição.

O malogro do cruzado desmanchou a sustentação popular do governo e tudo mais se dissolveu na geléia do oportunismo do salve-se quem puder. Encolheu-se o PMDB, negando estribo ao governo e concedendo-se licença-prêmio na Constituinte.

A pobrezinha, abandonada às traças, andou batendo cabeça na procura de brechas salvadoras. Os partidos faliram e com eles as lideranças se desmoralizaram pela contestação das bases. Pareceu, em certo momento, que a Constituinte se ajuntaria, em improvisação atamancada às pressas, para tapan' o oco, em blocos superpartidários alinhados no lado de lá, da banda à esquerda e no de cá, da maioria centrista. De certa maneira, esse aparte explica o gigantismo inchado do centrão. Mas o que está mesmo prevalecendo é uma rivalidade sem pé nem cabeça e que opõe o plenário à Comissão de Sistematização. A Constituinte está se dividindo num bate-boca de comadres enciumadas, descamba para um charivari de feiça, para o fuzuzé de vila. E o governo, como cabra-cega, é xingado e apanha dos dois lados. Na única coisa que une, hoje, a Constituinte.

JORNAL DO BRASIL